

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 3/2020, DE 25 DE SETEMBRO

REUNIÃO ORDINÁRIA



CRATO
Município

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, no Auditório Municipal do Crato, reuniu a Assembleia Municipal do Crato, em sessão pública ordinária, sob a presidência da sua excelentíssima Presidente, Sandra Maria Sias Cardoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Informação da Atividade da Câmara Municipal;**
- 2. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, de “Jovens Seguros” – Associação para o Desenvolvimento Ocupacional - Cancelamento**
- 3. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Designação do Júri dos Procedimentos Concursais para Provimento de dois Cargos de Direção Intermédia de 2.º Grau para a Divisão de Desenvolvimento Social e Divisão de Serviços Técnicos;**

Presenças:

Membros da Assembleia Municipal:

Registou-se a presença de Sandra Maria Sias Cardoso, José Manuel Nunes Salvador Tribolet (através de Videoconferência), Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, José Filipe da Conceição Carrilho, Francisco João Belo Farinha, António Manuel Iria Matias, Miguel Romão Caldeira Batista, Eduarda Maria Subtil Pires (através de Videoconferência), Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho e José Camilo do Rosário Videira.

No que respeita aos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, registaram-se as seguintes presenças:

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, **Sérgio João Farinha Calado**, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, **Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces**, Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, **José Manuel Abreu Garcia** e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, **Rui Miguel Subtil Pires**.



No que respeita aos membros do **Executivo Municipal**, registou-se a presença do senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo** e dos senhores Vereadores **João Manuel Ferreira Farinha**, **Marco Fernando Duque de Mendonça** e **Marco Paulo Janeiro Rosa**.

O senhor Vereador **Ângelo Fernandes** não esteve presente.

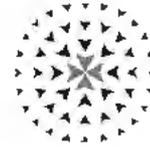
Verificado o quórum necessário a senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso** deu início aos trabalhos pelas vinte e uma horas e dez minutos.

PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Foram apresentados pela Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, quatro **Votos de Pesar**, nomeadamente a Manuel Maria dos Santos, João Maria Garcia, Paulo José de Matos Morais e Francisco Freire Ventura os quais foram votados e **aprovados** por **unanimidade**.

A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, deu conhecimento que foi publicada a portaria n.º 533/2020 de 28 de agosto, a qual aprova o Regulamento para a eleição indireta do Presidente e Vice-Presidente das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Em 10 de setembro de 2020, é publicado o despacho n.º 8703 do Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, que fixa a data de 13 de outubro para a realização do ato eleitoral e, neste sentido será convocada uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, com um ponto único na ordem de trabalhos para a eleição indireta do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, na qual a mesa eleitoral funcionará das 16h00 às 20h00 e não haverá substituições nesta votação.

Sobre esta matéria, o líder do Grupo da CDU, Fernando Carmosino, apresentou a **Declaração Política** intitulada **“Democratização” das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) – Mistificação e logro, que a seguir se observa, declarando que o seu grupo votaria em branco.**



"Declaração Política

"Democratização" das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) Mistificação e logro

1. Os eleitos da CDU no Município do Crato consideram que o processo de "eleição" do presidente e vice-presidente da CCDR decorrente do acordo entre PS e PSD em 2018 mistificando conceitos, constitui **um logro** apresentando a desconcentração como sinónimo de descentralização, iludindo a natureza distinta entre ambas e procurando em soluções desconcentradas um factor de redução da exigência de uma efectiva descentralização, **adiando mais uma vez a Regionalização.**
2. Inserindo-se na linha do adiamento (que perdura há mais de 40 anos) de dar corpo ao texto Constitucional, PS, PSD e CDS recusaram a proposta do PCP, apresentada sucessivamente na Assembleia da República com vista ao lançamento do processo de Regionalização - o pilar que falta ao poder local - para um real e efectivo poder regional.

Com efeito e independentemente dos putativos candidatos a presidente e vice presidente, o processo em curso ilude o facto da CCDR se manter como uma estrutura de poder desconcentrada do Estado, sob o comando, as orientações e as opções do governo central e que não é, nem pode ser uma autarquia, porquanto constitui uma mera estrutura da Administração Central.

Nesse sentido os eleitos da CDU no Município do Crato consideram que constitui uma ilusão - propositadamente construída por PS e PSD - a ideia que a "eleição" para uma parte da direcção alteraria a natureza e conferiria legitimidade democrática a esta estrutura desconcentrada do Estado.

3. Os eleitos da CDU no Município do Crato consideram que, sem prejuízo do exercício do direito do voto por parte dos eleitos que integram os diversos colégios eleitorais, a questão que está colocada é a de não se credibilizar o logro com o voto num ou noutro dos putativos candidatos, votando em branco.
4. Reforçando a necessidade de serem assegurados e não desviados os fundos comunitários indispensáveis ao investimento na Região, bem com a elaboração de um Plano de Apoio à Base Económica e de um programa de Infraestruturas Públicas para o Alentejo, considerando como áreas nucleares os recursos hídricos, a mobilidade, a saúde, a energia, as conectividades, o acolhimento empresarial e aposta na base económica regional -



condições inseparáveis para um desenvolvimento sustentável. A CDU denuncia o falso processo de descentralização em curso e sublinha a necessidade

do prosseguimento da luta pela Regionalização e apela ao conjunto dos eleitos da CDU para que prossigam o seu trabalho em prol dos trabalhadores e das populações, exigindo do poder central e das suas estruturas desconcentradas um efectivo apoio à Região, não discriminando, nem governamentalizando os meios - quer do Estado, quer os fundos oriundos da União Europeia - e dotando o Poder Local Democrático das condições para a melhoria da qualidade de vida das populações."

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, informou do registo da correspondência recebida e expedida de **8 de junho a 25 de setembro de 2020**, sendo o mesmo entregue a todos os membros da Assembleia Municipal.

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a proposta de **ata nº 2/2020 da sessão ordinária de 9 de junho de 2019** à votação a qual foi aprovada por maioria, a saber:

a) **18** (dezoito) **votos a favor**, a saber:

- **9** (nove) **votos do Grupo do PS**: Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Vice-Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, Armando Coelho.
- **5** (cinco) **votos do Grupo do PSD**: José Manuel Nunes Salvador Tribolet, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.
- **4** (quatro) **votos do Grupo da CDU**: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.

b) **1** (uma) **abstenções**, a saber:



- **1 (um) voto do Grupo da PSD:** Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares. (por não ter estado presente na referida reunião).

Deu entrada na mesa da Assembleia Municipal uma **Proposta de Moção**, apresentada pelos **eleitos da CDU**, intitulada de **“Repor as freguesias extintas – um imperativo democrático”**.

“Proposta de Moção

Repor as freguesias extintas – um imperativo democrático

O processo de agregação/extinção de 1168 freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, em execução da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos.

Ao contrário do propagandeado, a extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros nem contribuiu para o reforço da coesão territorial, antes acentuou as assimetrias regionais já existentes. Ao encerramento de inúmeros serviços públicos pelo país, a extinção de freguesias, veio ainda esvaziar e agravar mais a vida em muitas localidades, em particular nas zonas rurais e de interior, onde a freguesia era a entidade que restava, deixando as populações ao abandono.

Perdeu-se a proximidade dos eleitos com as populações, com a redução de cerca de 20 mil eleitos de freguesia; dificultou-se a capacidade de intervenção na resolução de problemas; perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos.

Na legislatura 2013/2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor, as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS. O PS, numa fuga para a frente avançou com uma Resolução recomendando ao governo a avaliação do processo para posterior decisão.

De então para cá as populações de norte a sul do país continuam a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade.

Os últimos Congressos da ANAFRE realizados em 2018 e 2020 colocaram como exigência a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade.



Desde 2018 que o Governo PS anunciou ir apresentar uma lei de criação de freguesias, que permitiria corrigir os erros criados pela extinção de freguesias imposta pelo governo PSD/CDS.

O PCP já voltou a apresentar, em dezembro de 2019, novo projeto de lei de reposição de freguesias, que aguarda agendamento.

A reposição de freguesias exige uma lei simples e objetiva, que respeite a vontade das populações.

A reposição das freguesias extintas, com eleições em 2021, é um ato de inteira justiça, é uma exigência democrática.

Assim, a Assembleia Municipal de Crato reunida a 25 de setembro de 2020 delibera:

1 – Reclamar do Governo e da Assembleia da República, as medidas legislativas necessárias para reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos;

2 – Reclamar que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2021.”

Deu entrada na mesa da Assembleia Municipal uma de **Moção**, apresentada pelos **eleitos da CDU**, intitulada de **“Suplemento de insalubridade, penosidade e risco”**, a qual foi aprovada pela Assembleia Municipal por unanimidade, a sua admissão.

“Moção

Suplemento de insalubridade, penosidade e risco

O Decreto-Lei n.º 53-A/98, de 11 de Março, que «regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade» consagrou as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuir em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública, cuja regulamentação nunca foi efetuada, em prejuízo dos trabalhadores que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos.

Com a publicação e entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, foi revogado expressamente o Decreto-Lei n.º 53-A/98, de 11 de Março, ficando previstos os suplementos remuneratórios, como componentes da retribuição, sem no entanto, os designar e/ou regulamentar, continuando os trabalhadores a executar trabalho em condições de risco, penosidade ou insalubridade sem qualquer reconhecimento da sua condição, nem do pagamento da compensação devida.

A obrigatoriedade do pagamento dos suplementos remuneratórios, passa a estar tipificada na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, a qual revoga a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, mas na verdade sem determinar o seu âmbito de



aplicação, regras de cálculo e modo de pagamento destes suplementos, bem como dos respetivos complementos a atribuir em acréscimos aos referidos suplementos, permanecendo esta obrigatoriedade num vazio e os trabalhadores visados sem o pagamento de qualquer suplemento e/ou complemento que compense os danos eventuais ou efetivos do trabalho executado em condições de risco, penosidade ou insalubridade.

No decurso da difícil situação de pandemia que vivemos, ficou demonstrada a importância da atribuição do suplemento de insalubridade, penosidade e risco. Os trabalhadores da administração local, dos Municípios e das Freguesias, de diversos sectores, desde a proteção civil, à recolha de resíduos, aos serviços de água e saneamento até à limpeza urbana, desempenharam um papel essencial e são dos trabalhadores mais expostos ao risco de contágio durante a epidemia da COVID19, tendo um maior nível de penosidade e risco nas funções que desempenham em qualquer circunstância.

O papel dos trabalhadores das autarquias que asseguram os serviços essenciais, com forte exposição ao perigo, deve merecer não só o aplauso de todos, mas uma valorização efetiva.

É tempo de regulamentar o suplemento de insalubridade, penosidade e risco. A aplicação do suplemento deve estar dependente da efetiva execução de tarefas ou do exercício de funções em condições de risco, em condições de penosidade, em condições de insalubridade, ainda que se encontrem reunidas as condições de segurança legalmente definidas para o desempenho das mesmas.

Assim, a Assembleia Municipal do Crato reunida a 25/setembro/2020 reclama a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco na Administração Pública e a sua atribuição aos trabalhadores da administração central e local, que exercem funções em situações de penosidade, insalubridade e risco, com carácter de urgência.”

Não se registaram intervenções por parte dos eleitos, neste sentido, a **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso**, colocou a Moção **“Suplemento de insalubridade, penosidade e risco”** à votação, a qual foi **aprovada por maioria**.

a) **8** (dezoito) **votos a favor**, a saber:

- **4** (quatro) **votos do Grupo do PSD**: José Manuel Nunes Salvador Tribolet, José Filipe da Conceição Carrilho, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.



- **4 (quatro) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira.

b) **11 (uma) abstenções**, a saber:

- **9 (nove) votos do Grupo do PS:** Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Vice-Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, Armando Coelho.
- **2 (dois) voto do Grupo da PSD:** Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares e Eduarda Maria Subtil Pires.

PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:

1. Informação da Atividade da Câmara Municipal

Tomou a palavra a eleita **Natália Castelinho, do PS**, agradecendo à Câmara Municipal do Crato, enquanto membro desta Assembleia, enquanto residente deste Concelho e Professora do Agrupamento de Escolas do Crato, pelo contributo dado a toda a estrutura do Agrupamento de Escolas do Crato, para que a retoma das atividades letivas e não letivas, fossem iniciadas em condições de segurança e confiança para toda a comunidade educativa, a fim de que, não apenas acautelar o normal funcionamento da escola, como dar garantias aos pais que os seus filhos estarão entregues em boas mãos e, que, regressarão a casa com a convicção de que o Covid-19 estará longe da sua casa.

Deu conhecimento à Assembleia do trabalho que foi e está a ser desenvolvido no Agrupamento, na receção ao aluno, foi oferecido pela Câmara Municipal um porta-máscaras a todos os alunos com o nome personalizado,



de forma a sensibilizar para a mitigação da pandemia. Foi criada uma nova zona de refeitório para o 1.º e 2.º ciclo, de forma a manter o distanciamento social e nesta zona a Câmara providenciou a sua cobertura e está a providenciar o fecho lateral dessa zona.

Referiu que dois elementos da equipa do Edu.Crato juntamente com três docentes, vão ser responsáveis pela a animação dos intervalos dos alunos do 1.º Ciclo entre as 15h30 e as 16h00, de forma a prevenir o distanciamento social no intervalo entre as aulas e as Atividades de Enriquecimento Curricular.

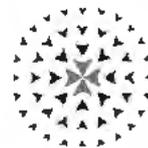
Disse também que, o Município do Crato assumiu a gestão do refeitório da Escola tendo todas as crianças do pré-escolar acesso a almoço gratuito e todos os dias é colocada uma caixa de fruta em todas as salas de aula de modo a minimizar o fecho do bar que só está disponível para os alunos subsidiados.

Informou que o Município dotou a Escola com equipamento de higienização pessoal de espaços Covid-19, colocou na Escola equipamentos digitais de leitura de temperatura, reforçou o número de assistentes sociais, criou uma cobertura na porta de entrada para o pré-escolar, distribuiu a todos os alunos cadernos de atividades de várias disciplinas e garantiu o acesso gratuito à Escola Virtual de modo a minimizar os custos das famílias com a educação dos filhos.

Por fim, disse que durante a interrupção letiva manteve-se ativo o serviço de psicologia com acompanhamento psicológico a todos os que achassem necessário. Esse mesmo serviço está a desenvolver uma iniciativa devido a esta nova realidade no que diz respeito à saúde mental, junto dos alunos, dos professores e dos funcionários e deu-se ainda continuidade ao acompanhamento nutricional on-line.

Referiu que, são estas algumas de entre as muitas parcerias proporcionadas pelo Município ao Agrupamento de Escolas do Crato, e com isto pode concluir-se que a Câmara Municipal do Crato e o Agrupamento de Escolas do Crato são uma só instituição, com um interesse comum, o bem da comunidade escolar e dos habitantes do Concelho do Crato.

Interveio o eleito **Miguel Batista, do PS**, fazendo referência a algumas coisas de importante valia feitas pelo Município num espaço de três meses, nomeadamente o cartaz cultura, a exposição do Castelo do Crato que permitiu ter uma vista diferente do mesmo, desejando que este estivesse ao serviço do turismo e das populações o mais breve possível, a candidatura com contrato celebrado ao eixo 8 – ambiente e sustentabilidade, reabilitação urbana, planos de ação de regeneração urbana dos centros urbanos



complementares, o projeto CasseBand que já tem instrumentos adquiridos, o aproveitamento das linhas financeiras existentes relativamente à eficiência energética, a ligação pedonal Crato/Flor da Rosa.

Referiu que foi resolvido, por este executivo, um assunto que estava pendente há muitos anos, ou seja, a doação de três lotes ao Lar de St.º António de Aldeia da Mata, o que vai melhorar com toda a certeza a prestação de serviços desta instituição.

Fez referência à torre sineira do Crato que vai ter uma inovação, vai ser possível a sua visita, o que é uma mais-valia para a terra, à rotunda que irá fazer-se, a aquisição de um edifício contíguo aos Paços do Concelho e à Varanda do Grão-Prior, que está em risco de cair e vai ser reabilitado.

Deu nota da evolução do processo da Barragem do Pisão, no qual a sua construção deixou de ser uma dúvida para passar a uma certeza, a colocação de um novo tapete no relvado do Estádio Municipal, vê com bastante agrado, que este executivo pegou na resolução do problema dos edifícios devolutos no centro histórico do Crato.

Frisou a beneficiação da rede viária florestal municipal, limpeza de linhas de água em espaço público e um sem fim de coisas que apraz registar, apesar da COVID.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Garcia**, dizendo que mediante as circunstâncias epidémicas que atravessamos, a Câmara Municipal do Crato não parou e devemos todos continuar a trabalhar, mediante as recomendações e orientações da Direção Geral de Saúde.

Saudou as decisões tomadas pela Câmara Municipal do Crato, na pessoa do senhor Presidente, deveras importantes e algumas até de algum risco, tais como o cartaz cultura que foi um sucesso e decorreu com as normas instituídas, questionando se este tipo de eventos é para continuar.

Fez referência à não abertura das Piscinas Municipais do Concelho do Crato dizendo que terá sido uma decisão difícil do Presidente da Câmara, mas que, antes de a tomar, convocou a Comissão Municipal da Proteção Civil, na qual foi apresentado um plano de abertura destes equipamentos, e depois das intervenções de todos os intervenientes, foi decidido por unanimidade não abrir as Piscinas Municipais, tendo em conta que a sua abertura poderia ser um risco muito grande para a propagação do Covid-19.



Tomou a palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Pires**, em suma fez referência a vários aspetos positivos, mormente a candidaturas no âmbito do Eixo da Eficiência Energética, nomeadamente a melhoria da eficiência nas casas de habitação social.

Considera que na página 31 do relatório da atividade da Câmara Municipal, existe uma inconsistência que tem a ver com a celebração da eucaristia em honra de Santo Isidro, pois estas celebrações aconteceram em maio e, portanto, deveriam vir no relatório anterior.

Relativamente aos eventos do Cartaz Cultural considera que todos os eventos são bem-vindos, mas que, quando os mesmos são cancelados deveria ser avisado com a devida antecedência.

Em relação à limpeza das linhas de água, considera que é um bom trabalho solicitando que para o ano seja limpa a cabeceira da linha de água junto ao Chamiço.

Relativamente a reuniões de trabalho e outras atividades, disse que se realizou no dia 11 de agosto uma reunião entre o Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra e o senhor Presidente da Câmara, sobre a transferência de competências, e que não está referenciada no relatório.

No que diz respeito à troca de correspondência entre a Junta de Freguesia de Monte da Pedra e a Câmara Municipal, relacionada com a parte operacional, disse existirem várias situações que não têm respostas, outras em que a resposta é que as questões foram encaminhadas para os serviços técnicos, solicitando que se fosse resolvendo algumas questões que estão identificadas, fazendo referência à limpeza de aquedutos e sargetas antes de iniciar a estação das chuvas.

Interveio o senhor **Presidente da Câmara, Joaquim Diogo**, dizendo que relativamente à celebração da eucaristia em honra de Santo Isidro, foi provavelmente um engano pois foi em honra de São Sebastião.

Disse que o que se tentou fazer nesta altura de pandemia, foi tentar assegurar tudo aquilo que eram cultos, ultrapassando às vezes aquilo que deve ser a separação de posicionamento num estado laico, mas de maneira a corresponder àquilo que é a tradição e a cultura das gentes deste Concelho e tentar assegurar todos os pedidos que chegaram.

Deu nota que a reunião de 11 de agosto que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra referiu, está no relatório considerando que foi um erro de leitura do mesmo.



Relativamente aos trabalhos que foram executados neste tempo e dos que foram aqui valorizados em termos operacionais, disse que decorrem a bom ritmo muitos trabalhos que sofreram alguns atrasos, derivado ao confinamento a que fomos obrigados pelo estado especial de emergência, frisando que, em vez de encontrar pequenos problemas podia-se valorizar o grande esforço que tem sido feito, perguntando ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra se tem consciência de há quantos anos não se fazia uma limpeza de linhas de água em espaço urbano, pois são estas as zonas da competência do Município, informando que fora de espaço urbano são da competência dos proprietários confinantes com as linhas de água.

Referiu que o Cartaz Cultural foi um desafio grande, a organização do mesmo com estas novas medidas derivadas da pandemia, mas que no final o balanço é extremamente positivo, dando um pouco de alento aos artistas envolvidos nas mais variadíssimas vertentes e ao público presente.

Disse que nos próximos tempos será muito difícil continuar com estas atividades em espaço fechado, pois são realidades completamente distintas derivado às temperaturas nesta estação do ano que se aproxima, não sendo agradável estar em espaços exteriores, e será difícil que o Município leve a efeito grandes atividades em termos culturais porque as salas existentes não permitem a sua realização com a devida segurança.

Fez referência a pontos que considera de extrema importância, nomeadamente a tranquilidade e dignidade com que se iniciou o ano escolar, conseguindo-se encontrar soluções para que todos se sintam bem e em segurança tanto na Escola EBI/JI, como na Escola Profissional Agostinho Roseta e no Centro Infantil “A Eira”, frisando que não estamos livres de encontrar momentos difíceis, valorizando acima de tudo os momentos bons que existiram até agora.

Deu nota que, neste mandato, foram ultrapassados muitos processos, nomeadamente os lotes de terreno para a Associação de Amizade à Infância e Terceira Idade de Aldeia da Mata, a aquisição do edifício contíguo à Varanda do Grão-Prior e que neste momento tem um projeto muito bem encaminhado com financiamento, uma escritura que assinou há dois dias, de um espaço público que deu origem a um caminho e que há doze anos que estava por resolver em Vale do Peso, a consulta pública para revisão do Plano Diretor Municipal que tem mais de vinte cinco anos, frisando que este mandato tem sido muito de resolver problemas com muitos anos.



Falou dos apoios que o Município tem dado relativamente à pandemia Covid-19, nomeadamente às atividades Económicas, às IPSS's, aos Bombeiros, às Forças de Segurança, considerando que tem sido um desafio muito grande, frisando que ainda muito há para fazer.

Deu nota também da quase conclusão do Centro de Saúde do Crato já com o auto de entrega definitivo da obra, por parte da empresa construtora, faltando apenas colocar o mobiliário e a parte informática, frisando que está já a olhar para outros desafios, como a Extensão de Saúde de Gáfete, bem como algumas melhorias nas restantes Extensões de Saúde do Concelho.

Por último deu uma nota de bastante felicidade e não de incerteza que é o processo de Fins Múltiplos do Pisão que está numa posição sem retorno, pois no dia 2 de setembro teve uma reunião com a Secretaria de Estado de Valorização do Interior, na qual foi anunciado um financiamento de cento e oitenta e quatro milhões de euros para a construção deste empreendimento na sua totalidade em termos daquilo que está previsto, quer do fotovoltaico, quer do paredão, quer dos sistemas de rega, quer do abastecimento público às populações, quer também relativamente à área turística e, portanto, durante os próximos cinco anos irá existir um desafio grande no concelho do Crato.

2. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, de “Jovens Seguros” – Associação para o Desenvolvimento Ocupacional – Cancelamento

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou “**Jovens Seguros**” – Associação para o **Desenvolvimento Ocupacional – Cancelamento** à votação a qual foi **aprovada por unanimidade**.

3. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Designação do Júri dos Procedimentos Concursais para Provimento de dois Cargos de Direção Intermédia de 2.º Grau para a Divisão de Desenvolvimento Social e Divisão de Serviços Técnicos

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **Designação do Júri dos Procedimentos Concursais para Provimento de dois Cargos de Direção**



Intermédia de 2.º Grau para a Divisão de Desenvolvimento Social e Divisão de Serviços Técnicos à votação a qual foi **aprovada** por **unanimidade**.

A Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Cardoso, fez ainda referência aos momentos de excecionalidade que se vivem, marcados pela alteração das nossas rotinas, pela imposição de novos desafios, provavelmente o maior desafio da nossa vida coletiva, um desafio contra um inimigo invisível e impiedoso, e que obriga a todos uma solidariedade institucional, a uma concertação de esforços e a um sentimento de responsabilidade elevado, sem que, se abdique das posições de cada um.

Concluiu dizendo para todos se protegerem e protegerem os outros, sobretudo naquilo que respeita ao dever especial ou de proteção para com os grupos mais vulneráveis da sociedade.

Por fim, lembrou os presentes da reunião extraordinária do próximo dia 13 de outubro de 2020.

PERÍODO CONCEDIDO AO PÚBLICO

Não se registou a presença de público.

De seguida a Assembleia Municipal deliberou **aprovar** a presente ata sob minuta por **unanimidade**.

Por não haver mais assuntos a tratar, deu-se por **encerrada a sessão às vinte e duas horas e vinte minutos**. Arquivaram-se em pasta anexa, depois de assinados e rubricados, todos os documentos em discussão e lavrou-se a presente minuta de ata que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, e por mim, **Cristina Isabel dos Santos Pereira** que a elaborei e subscrevi.

Sandra Maria Sias
Cristina Isabel dos Santos Pereira